

Pandemia destruiu 172 mil empregos mas foram criados 209 mil

Publico.pt/2021/11/20/economia/noticia/pandemia-destruiu-172-mil-empregos-criados-209-mil-1985730

Lusa

Trabalho e emprego

Destruição do emprego afectou sobretudo os mais jovens e os precários. A maioria dos postos de trabalho criados beneficiou quem tem mais de 45 anos.



Foto

O Estado contribuiu com 59% na recuperação de emprego: na saúde e apoio social criou 29.900 postos de trabalho Paulo Pimenta (arquivo)

Desde o início da pandemia até Junho deste ano, foram destruídos 172.600 postos de trabalho, mas foram criados entretanto 208.900, segundo um barómetro do Observatório sobre Crises e Alternativas, que será divulgado em breve.

A destruição do emprego afectou sobretudo os trabalhadores mais jovens e os precários, que ainda não conseguiram recuperar, já que a maioria dos postos de trabalho criados verificaram-se nos trabalhadores com mais de 45 anos, mostra a análise do observatório do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra feita com base nos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE).

Durante a pandemia, a destruição de emprego foi diferenciada segundo o sexo, tendo afectado 3,4% dos homens empregados e 3,8% das mulheres, e também segundo a idade, já que afastou 18,6% dos trabalhadores até aos 24 anos e 7% dos trabalhadores com idades entre 25 e 34 anos.

A destruição de emprego afectou menos os trabalhadores com idades entre 35 e 44 anos (4,5%) e as pessoas com idades entre 45 e 54 anos (1,2%).

Partindo dos dados dos descontos feitos para a Segurança Social relativos ao quarto trimestre de 2019, o CES conclui ainda que foram as grandes empresas (mais de 250 trabalhadores) quem mais afastou trabalhadores (51% da quebra verificada) desde o início da pandemia.

Por regiões, a maioria do emprego destruído situou-se na Área Metropolitana de Lisboa (32,9%), no Centro (28,9%), Norte (19,6%) e Algarve (9,2%).

Segundo o documento, a maior parte dos empregos destruídos estava no sector dos serviços (76,6% do total), sobretudo no comércio (34,6%), no alojamento e restauração (23,5%) e na administração pública (9,9%).

A retoma do emprego arrancou a partir do segundo trimestre de 2020, com a reabertura progressiva da actividade após o primeiro confinamento geral.

“No seu conjunto e comparando os valores do primeiro trimestre de 2020 com os de 2021, verificou-se uma criação líquida de 208.900 novos postos de trabalho, ou seja, um valor já superior ao verificado no segundo trimestre de 2019”, referem os investigadores do observatório.

Para esta subida contribuiu o emprego por conta de outrem (72,7% do total), sobretudo os contratos sem termo (80%).

A subida do emprego a partir do segundo trimestre de 2020 fez-se com uma maioria de mulheres (51%) e com trabalhadores dos escalões etários mais velhos.

Cerca de 89% dos postos de trabalho criados corresponderam a trabalhadores com mais de 45 anos, enquanto os jovens até aos 24 anos corresponderam a 6,7% do novo emprego líquido e os trabalhadores entre 25 e 34 anos a 8,6%.

“Assim, os postos de trabalho de jovens até aos 34 anos destruídos com a pandemia estão longe de ser repostos pela retoma”, concluem os investigadores.

Estes dois escalões perderam, respectivamente, 14% e 17,9% do seu emprego e recuperaram até ao terceiro trimestre de 2021, respectivamente, 7% e 1,6%, “sem beneficiarem grandemente da recuperação do emprego”.

Mais de metade da recuperação do emprego (54%) verificou-se nas grandes empresas.

Área Metropolitana de Lisboa não recuperou totalmente

A Área Metropolitana de Lisboa não conseguiu recuperar totalmente o emprego perdido, ao contrário das regiões Centro e Norte, que viram o emprego subir.

Entre as actividades que recuperaram totalmente as suas perdas, estão a indústria transformadora, os transportes e armazenagem e o sector financeiro.

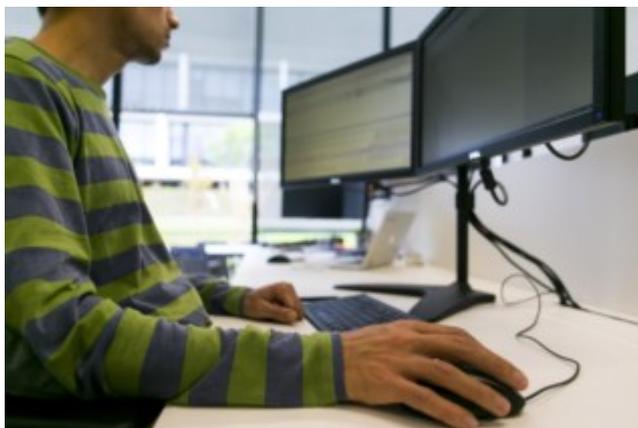


Foto
Bruno Lisita

O CES destaca ainda que “o Estado desempenhou um papel relevante na recuperação de emprego”, uma vez que do total de 208.900 novos postos de trabalho criados, 59% correspondem a actividades que costumam ser tidas como funções públicas, como é o caso da administração pública, defesa e segurança (mais 49.300), educação (mais 44.100) e saúde e apoio social (mais 29.900).

“Sem essas actividades, a recuperação do emprego teria ficado a 98,2% dos valores do emprego de referência do segundo trimestre de 2019”, sublinham os investigadores.

A retoma “frágil”, refere o CES, não chegou a actividades como a agricultura, produção animal e pescas, a construção, o comércio e reparação, alojamento e restauração, actividade imobiliária e actividades administrativas de apoio às empresas.

Os valores da retoma económica foram ainda beneficiados com a situação de diversas actividades que, desde o início da pandemia até agora “não perderam emprego”, como o sector de informação e comunicação, actividades de consultoria, científicas e técnicas.

Quanto aos salários, o observatório indica que as remunerações brutas totais têm registado “uma ligeira melhoria” pelo menos desde 2017, data a partir da qual o INE começou a publicar estas estatísticas.

Porém, “os seus valores actualizados (com o índice de preços no consumidor a preços de Junho de 2021, estimado pelo INE) mostram uma relativa estabilidade, observando-se uma muito ténue subida ao longo do período, sem ganhos reais significativos”, realça o observatório.

Esta “ténue tendência ascendente” nos valores nominais das remunerações foi interrompida no primeiro trimestre de 2020, na sequência do fecho da economia para combater a pandemia e no primeiro trimestre de 2021 em consequência de nova vaga da pandemia, até que se fizessem sentir os efeitos da vacinação generalizada da população.

“Em todo o caso, os níveis remuneratórios médios mantêm-se prolongadamente baixos”, pode ler-se no documento.

As actividades com mais baixos níveis de remuneração, que representam mais de metade dos postos de trabalho, revelam uma maior dificuldade em recuperar os níveis de emprego anteriores à pandemia.

“É certo que parte desta dificuldade tem que ver com a menor capacidade de realizar trabalho remotamente, sendo, assim, forçados à paragem ou limitação de actividade”, conclui o observatório.